

CRISE NO SENADO || PEC QUE PEDE A PRORROGAÇÃO DA CPMF CHEGA AO SENADO E A MÁ VONTADE É EVIDENTE. RELATORA PROVARÁ QUE IMPOSTO É DESNECESSÁRIO

Uma rocha no caminho

Márcio Falcão

O cenário não é nada favorável. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que prorroga até 2011 a cobrança da CPMF, chegou ontem ao Senado e deve enfrentar dificuldades para ser aprovada. A maior delas porque os senadores, sobretudo os da oposição, se recusam a normalizar as atividades da Casa enquanto Renan Calheiros continuar a presidi-la.

Aliás, a oposição promete usar todos os recursos regimentais para dificultar o trâmite da matéria e sustenta que não haverá espaço para nenhuma negociação, nem mesmo a redução da alíquota do imposto.

"Aprovação, simplesmente, acho quase impossível", disse o presidente do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE). O tucano diz que grande maioria do Senado parece ser contra a aprovação da PEC.

A tramitação da proposta da CPMF deve ser demorada. Depois de passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), por uma comissão especial e por duas votações em plenário na Câmara, o texto terá de ser aprovado pela CCJ do Senado e também duas vezes em plenário. Caso haja alguma alteração durante sua tramitação no Senado, a PEC volta à Câmara. Mas se Renan não se afastar, os adversários do Governo prometem paralisar, a partir do dia 2 de novembro, todos os trabalhos da Casa, inclusive nas comissões.

O "imposto do cheque" termina em 31 de dezembro e deixará de ser cobrado se a prorrogação não for aprovada até lá. Segundo a líder do PT, Ideli Salvatti (SC), o prazo mais otimista do Governo é aprovar o segundo turno da PEC no dia 20 de dezembro, com apenas 11 dias de prazo para o fim do prazo limite. "Não há plano B por parte do Governo. Não podemos abrir mão dessa receita imprescindível".

■ Relatoria

A CCJ do Senado confirmou ontem a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) para relatar a PEC da CPMF. A senadora confirmou ao **Jornal de Brasília** que vai recomendar o fim da cobrança do imposto do cheque. Kátia disse que não está disposta a negociar mudanças e que prepara um relatório com avaliações técnicas mostrando os motivos que tornam a prorrogação da CPMF desnecessária.

"Não vou elaborar um relatório para atacar o Governo, mas a CPMF. O Governo pode viver sem o imposto, mas não quer abrir mão de diminuir os gastos públicos nem da carga tributária".

A relatora pretende utilizar os 30 dias disponíveis para elaborar seu parecer e ainda vai consultar os outros membros da CCJ para decidir se serão realizadas audiências públicas, podendo atrasar ainda mais a votação da proposta. Kátia também disse que não acredita que liberação de emendas e nomeações consigam aprovar a PEC.



■ KÁTIA PRETENDE MOSTRAR TECNICAMENTE QUE A CPMF É UM TRIBUTO ESCÓRCHANTE E SEM SENTIDO

J. FREITAS/ABR